

SUMÁRIO

Prefácio	7
Abreviaturas	9
Introdução.....	11
PARTE I - Garantia da tutela jurisdicional efectiva dos sujeitos passivos na relação jurídica fiscal.....	17
1. O conteúdo constitucional do princípio em Portugal e em Angola.....	21
1.1. As especificidades da garantia da tutela jurisdicional efectiva em matéria administrativa e fiscal.....	26
1.2. Falta de autonomia de modelos processuais e organizatórios de justiça administrativa e fiscal em Angola.....	31
2. Dimensão processual da tutela dos sujeitos passivos em Portugal e Angola.....	34
2.1. Garantias não jurisdicionais dos sujeitos passivos.....	36
2.1.1. As informações vinculativas.....	37
2.1.2. Outras garantias não jurisdicionais	41
2.2. Meios de defesa impugnatórios não jurisdicionais	46
2.2.1. Reclamação graciosa.....	46
2.2.2. Recurso hierárquico.....	51
2.2.3. Pedido de revisão do acto tributário.....	53
2.2.4. Meios impugnatórios não jurisdicionais no direito angolano.....	55
2.3. Meios de defesa jurisdicionais: o primado da impugnação judicial das liquidações.....	60
2.3.1. O princípio da impugnação unitária	61
2.3.2. O objecto e o fundamento da impugnação	66
2.4. A tutela dos sujeitos passivos no Código Geral Tributário e na restante legislação fiscal angolana	72
2.5. Análise crítica de algumas normas à luz da reforma fiscal angolana.....	77

2.5.1. O caso da reclamação do apuramento da matéria colectável (art. 112.º do CGT – Análise crítica da discricionariedade na fixação da matéria colectável por métodos indirectos com base no art. 109.º/2 CGT).....	79
2.5.2. O caso de rendimentos presumidos e a questão da repartição do ónus da prova (art. 103.º CGT), articulado com a garantia do mínimo de existência (art. 5.º/3 CGT).	91
2.5.3. Os valores ou rendimentos colectivamente determinados (art. 113.º CGT).....	98
2.5.4. O “erro de direito” consagrado no art. 112.º/6 CGT, um limite à apreciação pelo tribunal (art. 52.º CPT).....	101
2.5.5. A natureza judicial do processo de execução fiscal	105
2.5.5.1. Análise do âmbito de oposição à execução fiscal (art. 74.º/2 do CEF).....	107
2.5.5.2. Casos previstos na lei de forma exemplificativa	109
3. Dimensão organizatória da justiça tributária em Portugal e em Angola	111
3.1. A organização judiciária portuguesa	111
3.2. Breve nota sobre a integração de Portugal no espaço de justiça europeu (referência ao TJUE e ao TEDH)	115
3.3. A organização judiciária angolana	117
3.3.1. Fragilidade da tutela jurisdicional efectiva dos sujeitos passivos na lei angolana: alguns pontos	123
PARTE II - Novos desafios no contexto mundial	125
1. Revolução fiscal internacional e efeitos da globalização.....	125
2. Cooperação internacional das administrações tributárias.....	132
3. Características do sistema tributário eficiente	135
4. Relações entre tributação e crescimento económico.....	141
5. Privatização de procedimentos tributários e inter-nacionalização das relações económicas	145
6. Regulação do Estado como lição da nova crise mundial.....	147
Conclusões	155
Bibliografia	159
Legislação e utros Diplomas	166